

Gestão e Governança

Ética e cooperativismo: relações saudáveis

Ethics and cooperativism: healthy relations

Jenerton Arlan Schütz 

¹Instituto Federal Goiano , Ceres, GO, Brasil

RESUMO

O presente artigo tematiza a relação entre a ética e o cooperativismo. Nesse sentido, por meio de pesquisa bibliográfica, o estudo busca discutir e refletir sobre a imprescindibilidade da ética nos espaços cooperativos e, também, como a relação entre ambas pode ser uma possibilidade pertinente para a gestão cooperativa, constituindo-se em uma saudável relação. O texto se decompõe em três partes, sendo ela: primeiramente tematiza-se o conceito de ética; por conseguinte aborda-se o conceito de cooperativismo e, por fim, busca apresentar a possível relação entre os conceitos e as potencialidades que podem surgir a partir da saudável relação, entre elas, uma gestão democrática, o cultivo e a dimensão social dos valores cooperativista, os benefícios morais, o comportamento organizacional ético e plural, a satisfação das necessidades dos associados, a responsabilidade social, a sustentabilidade, entre outros importantes valores que podem fortalecer o mundo comum e as ações humanas no âmbito das organizações cooperativas.

Palavras-chave: Cooperativismo; Ética; Responsabilidade

ABSTRACT

This article discusses the relationship between ethics and cooperativism. In this sense, through bibliographical research, the study seeks to discuss and reflect on the indispensability of ethics in cooperative spaces and, also, how the relationship between both can be a relevant possibility for cooperative management, constituting a healthy relationship. The text is divided into three parts, namely: firstly, the concept of ethics is thematized; therefore, the concept of cooperativism is approached and, finally, it seeks to present the possible relationship between the concepts and the potentialities that can arise from a healthy relationship, among them, democratic management, the cultivation and the social dimension of cooperative values, moral benefits, ethical and plural organizational behavior, meeting the needs of associates, social responsibility, sustainability, and other important values that can strengthen the common world and human actions within the scope of cooperative organizations.

Keywords: Cooperativism; Ethic; Responsibility

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, as cooperativas se definem como organizações que visam o benefício dos seus associados, nesse sentido, elas não existem em função do capital, mas para as pessoas. Além disso, as cooperativas são orientadas por princípios e valores que potencializam e também diferenciam elas das demais organizações, a exemplo de escolas públicas ou privadas, empresas públicas ou privadas, prefeituras, ONGs etc.

Amodeo (2006) se refere aos princípios do cooperativismo como o delineamento que as cooperativas constroem para praticar os seus valores intrínsecos. E os valores e princípios constituem a identidade das cooperativas e marcam o contexto de estratégias e ações próprias que devem guiar os caminhos da organização.

Face ao exposto, na conjuntura organizacional da organização, espera-se dos gestores das cooperativas uma postura e comportamento ético frente às inúmeras tomadas de decisão que são impostas pela competitividade do mercado. Além disso, são pressionados também por outros órgãos internos para alcançar os resultados esperados e projetados, e também de respeitar a identidade da própria cooperativa.

Nesse contexto, observar os princípios cooperativos é de suma importância, entre eles, a eticidade assume a centralidade das ações, decisões e projeções. Inúmeras foram as transformações provocadas pelo capitalismo industrial, e isso tem impulsionado os estudos sobre a ética no âmbito cooperativo, como se refere Kreitlon (2004), o surgimento da ética no âmbito das cooperativas (como campo de estudos) está intimamente ligado à evolução do sistema econômico e as mudanças que passaram as sociedades industriais no último século.

Tematizar a relação entre a ética e o cooperativismo torna-se premente, principalmente a partir das observações de Webering (2020), para quem, a consolidação de um sistema econômico baseado na competição e a ideia dominante nas ciências de que o homem reina sobre um mundo de objetos, detentor de verdades, que se

autoexclui nas suas relações e responsabilidades para com os outros e a natureza, são uma conjugação violenta, porque predatória e insustentável. Já não devemos falar apenas em termos de crises econômicas, existe uma crise latente que é estrutural, econômica, política e sobre os vínculos humanos.

2 ÉTICA: CONCEITO E DEFINIÇÕES

A ética, no senso comum, é compreendida como algo bom, tanto para o indivíduo como para a própria sociedade, baseia-se nas relações humanas e em seus modos de categorizar os juízos de valor para determinada ação, é a partir dela que se pode estabelecer a especificidade dos deveres que constituem a relação indivíduo e sociedade. Trata-se, em síntese, da reflexão sobre os vários aspectos do agir no cotidiano.

Nessa direção, Santos (2015) lembra que o conceito de “ética” tem acepção grega, provém da palavra *ethos*, que significa modo de ser e representa as características de um grupo, portanto representa a forma de agir de um coletivo, em relação à sua cultura e ao seu comportamento nessa sociedade. O conceito de ética, porém, evoluiu na história, podendo ser considerado caráter ou conjunto de princípios e valores morais que norteiam a conduta humana na sociedade.

Para Coelho (2005, p. 109), pode-se denominar de ética o estudo das condutas humanas. “Desde a antiguidade clássica, debate-se a ética pela análise dos fins e meios que dirigem as condutas humanas ou dos motivos ou os impulsos que condicionam, determinam, dirigem ou disciplinam condutas humanas”.

Para Nalini (1997, p. 31), a “[...] ética como a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. É uma ciência, por ter o objeto, leis e método próprios. O objeto da ética é a moral. A moral, por sua vez, é um dos aspectos do comportamento humano e deriva da palavra romana *mores*, com o sentido de costumes, que são o conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.

Ética, nesse sentido, tem a ver com o conjunto das regras de conduta partilhadas

e típicas de determinada sociedade; estas regras são fundadas na distinção entre o que é bom e mau. Já a “moral” seria o conjunto dos princípios de dimensão universal, normativos; fundados sobre a discriminação entre o bem e o mal (Tonin, 2022).

A ética é reflexo da época, da sociedade, do avanço tecnológico, das relações e ações individuais, enfim, do desenvolvimento de toda a sociedade. Não é possível pensar em aspectos éticos, sem refletir sobre sustentabilidade, desenvolvimento, e sobre as estruturas internas das organizações (Santos, 2015). Ainda para Santos (2015), a ética possibilita uma melhor vida em grupo, a melhoria da sociedade e respeito dos indivíduos no contexto social.

Nessa direção, para o filósofo espanhol Savater (1993, p. 31), a ética é “a arte de saber-viver, ou a arte de viver”, pois está diretamente relacionada à liberdade que o sujeito tem de optar, e essa condição é inerente ao ser humano, pois se concretiza no processo de inventar e escolher, e até mesmo se enganar na descoberta pela vida.

No pensamento de Boff (1997, p. 90), “ética designa a morada humana”. Isto é, os princípios e os valores necessários para a manutenção da vida humana reforçam a importância da ética como alicerce. Já para

Queiroz (1985, p. 86) complementa essa definição, ao escrever que “a ética deve ser compromisso de vida, indo além dos códigos já estabelecidos, e nunca subterfúgio para fugir ao incerto, ao novo, ao ainda não institucionalizado”. Além disso, corrobora na definição do conceito de ética a perspectiva de Rios (2002, p. 87):

Define-se aqui a ética como uma reflexão de caráter crítico sobre os valores presentes na prática dos indivíduos em sociedade. É no domínio da ética que se problematiza o que é considerado bom ou mau numa determinada sociedade, que se questionam os fundamentos dos valores e que se aponta como horizonte o bem comum, sem dúvida histórico, mas diferente de um bem determinado por interesses particulares e, muitas vezes, insustentáveis. (Rios, 2002, p. 87)

Ademais, é possível notar, a partir das definições subjacentes, que a ética se encontra no campo da reflexão e estuda a moral (ou as morais, como preferem alguns) e as moralidades, analisa, criticamente, as escolhas que os indivíduos fazem

em situações reais. Ela é o ponto de partida para se vivenciar princípios universais, tais como: justiça, integridade, lealdade, bondade e outros. A incorporação ou não desses valores norteia a ação do homem em seu convívio com a sociedade, pois os comportamentos temporais são decorrentes do processo derivado do desenvolvimento histórico-social.

Existe a necessidade de desenvolver políticas corporativas éticas, sustentáveis e multiculturais, no contexto da globalização mundial e as diferenças individuais são aspectos que se desenvolvem de maneira combinada e paralela, de forma que as pessoas, as organizações e o estado devem se unir com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, solidária, ética sustentável e com responsabilidade social (Santos, 2015).

3 COOPERATIVISMO: CONCEITO E DEFINIÇÕES

Durante a história da civilização humana, os seres humanos buscaram as mais variadas formas de convivência, no intuito de facilitar a vida e as suas respectivas necessidades, proporcionando as melhores condições de sobrevivência e a promoção da prosperidade. Além disso, a perspectiva de cooperação entre os humanos pode ser encontrada desde os estudos sobre as sociedades primitivas (pré-história). Os povos primitivos, por exemplo, buscavam através da cooperação entender as necessidades vitais do ser humano. Nesse sentido, pode-se considerar e compreender que a origem da cooperação está na própria origem da humanidade, uma vez que a ajuda mútua e a cooperação também são encontradas nas formas de organização do trabalho coletivo e no domínio da vida econômica (OCB, 2005).

Nesse contexto, a história da humanidade apresenta vários exemplos de trabalho e economia coletiva que se aproximam das atuais cooperativas. Há muito tempo os seres humanos perceberam a necessidade da união entre as pessoas para obtenção dos bens e serviços indispensáveis à própria sobrevivência. A ideia e a prática

da cooperação aplicada à solução de problemas econômicos aparecem nas primeiras etapas da civilização, na formação das primeiras comunidades/sociedades.

Não obstante, para Pinazza e Alimandro (2001), uma forma de organização constituída através da cooperação é a cooperativa. O cooperativismo tem raízes no tempo, na história da humanidade em todas as épocas há registros de modelos de instituições econômicas bem próximas à fórmula cooperativista. Além disso, Veiga e Fonseca (2001) lembram que o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões - social, econômica e cultural -, preocupa-se com a qualidade de seus produtos, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e procura construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Webering (2020) demonstra que a história do cooperativismo normalmente está vinculada à fundação em 1844 da Cooperativa de Rochdale no Reino Unido, onde se originariam os princípios cooperativistas. Porém, a experiência cooperativa é anterior a esta, Robert Owen que a influenciou ou a de Fourier na França, considerados utopistas que inspiraram o movimento cooperativo.

As origens das cooperativas rurais e agrícolas encontram-se, em parte, relacionadas às experiências coletivistas de ajuda mútua no campo e, em parte, às condições da agricultura moderna, tendo se desenvolvido desde que a economia rural passou a estar relacionada ao mercado - seja pela necessidade de crédito, da aquisição de adubos, sementes, entre outros, seja pela necessidade de comercialização da produção. Já as cooperativas urbanas nasceram em meio ao desenvolvimento do capitalismo industrial, juntamente com o movimento operário, através de experiências que suprimissem o trabalho assalariado, expressas pelas cooperativas de produção. Também como desenvolvimento de mecanismos que liberassem a maneira de dispor de seus salários e poder de compra, por meio da ação cooperativa de consumo e habitação, também de modo a inibir os *truck systems* (sistemas em que o empregado se endividava com o empregador por meio da compra de mercadorias) (Webering, 2020).

Em 1895, com objetivo de dar continuidade a obra dos pioneiros, foi criada a ACI - Aliança Cooperativa Internacional. A fundação da ACI foi precedida por um intenso debate entre duas correntes de opinião, a primeira influenciada pelo cooperativismo de produção industrial e cooperativismo agrícola, a segunda liderada pelos cooperativistas partidários da primazia das cooperativas de consumo no processo de transformação da sociedade capitalista (Schneider, 1999).

Para Pinho (2004) a missão da ACI possui quatro objetivos principais: a) Influir cooperativamente sobre as políticas governamentais e legislações nacionais; b) Ajudar o desenvolvimento institucional das cooperativas em nível nacional, reforçando e/ou ajudando-o a criarem organizações nacionais de cúpula para orientar as cooperativas; c) Concentrar-se no desenvolvimento dos recursos, em nível nacional e regional; d) Mobilizar recursos, estimular agências de desenvolvimento para suporte das cooperativas e coordenar os movimentos de assistência às cooperativas

No contexto das últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX ocorreram divergências entre os que pensavam as práticas de cooperação que inspiraram o cooperativismo, o ideário anarquista que previa um projeto autogestionário de sociedade e a transformação social via revolução e tomada do poder, o que gerou diferentes perspectivas quanto aos desdobramentos possíveis das experiências de organização coletiva e democrática do trabalho e até mesmo o afastamento de marxistas e movimento operário do cooperativismo, considerado por alguns uma experiência burguesa. Esses elementos contribuíram com que gradualmente a forma institucional cooperativa fosse assimilada quase que exclusivamente por um movimento cooperativo. Uma corrente começou a pensar na existência de um setor específico da economia de mercado em que estariam inseridas as cooperativas (Fauquet, 1980), contribuindo com o estudo do cooperativismo especificamente, seu papel, características e desdobramentos (Webering, 2020, p. 3).

Dessa forma, compreende-se que a doutrina cooperativista tem por objetivo a correção do social pelo econômico, utilizando para isso sociedades de caráter democrático e solidário: as cooperativas.

O cooperativismo é, portanto, uma forma de somar capacidade dentro de um

mundo competitivo. Trata-se, também, de uma forma de preservar a força econômica e de vida das pessoas de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades e necessidades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do humano dentro do mundo em que este atua.

Segundo Hartung (2005) o cooperativismo é considerado pelas instituições do sistema cooperativista como uma doutrina, um sistema, um movimento ou, simplesmente, uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócioeconômicas da humanidade.

O cooperativismo, para Pinho (1966), significa construir uma sociedade em que as cooperativas se constituem na melhor instituição para transformar a economia, a saber, uma economia social, solidária e justa, em que todos participam ativamente para a construção de uma economia social e solidária.

Hoje, por exemplo, o cooperativismo é reconhecido e aceito em quase todos os países do mundo, como forma para atender aos reais interesses da comunidade. As organizações cooperativas são empreendimentos que compreendem tantas variedades quantas são as necessidades possíveis de serem atendidas em uma economia moderna. Portanto, existem os mais variados ramos de atividades de cooperativas, todavia, na atividade comum das cooperativas, os ramos mais conhecidos do público em geral são: agropecuário; consumo; crédito; educacional; infraestrutura; habitacional; mineral; produção; saúde; trabalho; turismo e lazer; transporte de cargas e passageiros (OCB, 2005).

Com base em Cenzi (2009), podemos ainda definir cooperativa como uma organização empresarial de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade de produtores, consumidores ou poupadores promove, em comum, com base no associativismo e em uma série de valores e princípios, a defesa de suas economias individuais.

Além disso, como as cooperativas se fundamentam na solidariedade, na

democracia, no humanismo, na liberdade, na igualdade, na racionalidade e na justiça social, elas buscam desenvolver em seus associados esses valores, contribuindo para a sua educação como cidadãos e para a sua inclusão social.

Importa destacar que, embora tenha base associativa, uma cooperativa não se confunde com outros tipos de associações, pois tem natureza jurídica própria. Ela é uma sociedade de pessoas em que os associados assumem o papel de sócios, usuários e clientes ao mesmo tempo. Justamente por isso uma cooperativa tem também uma natureza empresarial, o que lhe diferencia de outros tipos de associações.

Conforme o Quadro 1 abaixo, é possível compreender o que é uma cooperativa e uma associação.

Quadro 1 – Diferenças entre Associação e Cooperativa

	Associação	Cooperativa
Objetivos	Sociais. Amplos e menos definidos. Promove a melhoria técnica, profissional e cultural dos associados.	Sociais, econômicos e culturais. Desenvolve atividades produtivas, integrando pessoas em busca de uma vida mais justa.
Patrimônio	Não possui capital social. O patrimônio é integralmente da associação. Quando um associado se afasta não recebe a sua parte. Em caso de dissolução, todo o patrimônio deve ser destinado a outra associação semelhante.	Possui capital social. Cada associado é dono de parte do patrimônio. Quando ele se afasta da cooperativa, recebe as suas quotas-partes corrigidas. Em caso de dissolução da cooperativa, parte do capital pode retornar para cada associado.
Remuneração dos diretores	Os diretores não podem ser remunerados. Na prática, os diretores têm suas despesas, decorrentes do cargo, pagas pela associação, como despesas gerais.	Os diretores podem ser remunerados com retirada pró-labore, desde que conste no estatuto aprovado em assembleia geral. As retiradas são controladas pelo conselho fiscal da cooperativa.
Destino das sobras	Não podem ser distribuídas aos associados. Caso ocorram, devem ser inteiramente aplicadas nos objetivos da associação. Em geral, são usadas para festas ou compra de algum bem para a associação.	Podem ser distribuídas aos associados, na proporção de suas operações com a cooperativa. Isso após o desconto de todos os fundos e destinações obrigatórias, conforme o estatuto. Em geral, as sobras são incorporadas ao capital da cooperativa.

Fonte: Abrantes (2004)

Nota-se, nesse sentido, que a finalidade principal de uma associação é complementar a atuação do Estado nas áreas de assistência, promoção social e na defesa de interesses de classes. Além disso, as associações não têm permissão para desempenhar atividades que tenham como objetivo principal a comercialização

e são classificadas como assistenciais, recreativas, culturais, religiosas, científicas, beneficentes e de representação política, como ocorre nas cooperativas.

Ademais, no Brasil, conforme Fleury (1983), as cooperativas mais comuns são as agrárias, agrícolas ou agropecuárias, elas objetivam organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios. A cooperativa agrícola surgiu no Brasil nas primeiras décadas do século XX, fruto da iniciativa de pequenos produtores, que se reuniram para proceder a comercialização em comum de seus produtos, objetivando ampliar sua margem de lucro através da eliminação dos intermediários.

Há, no entanto, outros tipos de cooperativas, como: as cooperativas de crédito; Cooperativas de infraestrutura; Cooperativas de mineração; Cooperativas de produção; Cooperativas de saúde; Cooperativas de trabalho; Cooperativas de transporte, entre outras.

Em síntese, pode-se aferir que o sucesso organizacional e econômico de todo ou qualquer tipo de cooperativa depende do envolvimento de todos os seus integrantes, da qualidade de sua gestão e dos recursos aplicados, o que torna a cooperativa tão competitiva quanto uma empresa comum.

No entendimento de Silva (2004, p. 179):

Ainda que a cooperativa seja uma organização econômica, gerenciada através de uma outra lógica, que não a de mercado versus lucro, deve ser financeiramente auto-sustentável para permanecer no ambiente do mercado, sendo eficiente, eficaz e efetiva. Visam a oferecer produtos e serviços de acordo com o que outras empresas que seguem a lógica de mercado e da competitividade fazem. As cooperativas são organizações solidárias, mas ainda que preservem seus princípios e valores de solidariedade, utilizam técnicas de racionalização e instrumentos gerenciais, como planejamento e controle, também utilizados nas empresas do sistema capitalista.

Nessa direção, Chaves (2006) compreende que os participantes de uma cooperativa devem acompanhar continuamente o processo de gestão. Muitas organizações cooperativas que atentaram para a atuação gerencial dos gestores

prosperaram e se transformaram em grandes empreendimentos, economicamente poderosos e eficientes, sendo organizações voltadas para o social, fundamentando-se em valores e princípios, e não podendo deixar de lado a viabilidade econômica e a sua inserção em um mercado cada dia mais globalizado. Assim, as cooperativas evoluíram como forma de solucionar os problemas ocasionados pela competitividade gerada pela modernidade.

Paul Singer (2001) considera o cooperativismo como uma solução não capitalista para as grandes taxas de desemprego, a partir de uma oportunidade de inserção da massa socialmente excluída em um novo setor econômico, formado por cooperativas dentro de um mercado protegido da competição externa pelo fator cooperação. O instrumento para implantação deste sistema é a formação de cooperativas de produção e de consumo. Na percepção de Singer (2001, p. 122), “[...] quanto maior o número de cooperativas, tanto melhores suas chances de sucesso”.

Ou ainda, conforme Schmidt e Perius (2004), o cooperativismo como uma forma de geração de emprego em que se garante trabalho e renda digna aos trabalhadores considerados marginais ao mercado de trabalho dentro do sistema capitalista altamente competitivo. Torna-se uma nova forma de relação entre capital e trabalho onde o trabalhador se torna o dono dos meios de produção, surgindo assim uma base de defesa econômica, produtiva e autogestionária.

Em suma, o cooperativismo veio para contrapor as desigualdades provocadas pela livre concorrência e exploração de mão-de-obra, hoje o que se vê é o cooperativismo como forma de inclusão social, ou grupo de pequenos se torna grande quando formam uma cooperativa e a cooperativa concorre no mercado com as grandes corporações. Por isso, assumir uma postura ética é imprescindível para potencializar todas as frentes de atuação de qualquer cooperativa.

4 ÉTICA E COOPERATIVISMO: RELAÇÕES SAUDÁVEIS

Em uma primeira e genérica aproximação, pode-se considerar que, no

cooperativismo, a ética está acima de tudo. As pessoas são respeitadas pela sua capacidade de participar, opinar, produzir e agir para o interesse coletivo. Tem valor o “ser” e não o “ter”.

Para Reisdorfer (2014), o cooperativismo é uma doutrina lastreada por princípios e valores, com uma ética básica que tem os mesmos objetivos de qualquer governo democrático sério: justiça social, equidade, distribuição de renda, defesa do meio ambiente e garantia da segurança alimentar. Mesmo tratando-se de empresas bastante novas, a maioria gira em torno de 50 anos de existência, conseguiram, observando-se sempre os princípios e valores norteadores do sistema, o que se configura um desafio adicional no mercado capitalista em que vivemos. Através do desenvolvimento histórico, pode-se notar que aconteceram vários ciclos de desenvolvimento econômico durante este período em que as cooperativas estão atuando, oportunizando ao sistema cooperativo, crescer, contribuindo fortemente para a melhoria de qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas.

Segundo Ashley (2003), a ética afeta diretamente qualquer instituição, principalmente em virtude da credibilidade da empresa no momento de decisão de compra do consumidor, implicando na sobrevivência da mesma no mercado global, ou seja, a instituição necessita de atenção com a maneira que trata funcionários, fornecedores, procedência de matéria-prima, forma de atuação no mercado de modo que tenha um sincronismo que a beneficie perante os concorrentes.

A ética e o comportamento organizacional têm se mostrado grandes aliados no que concerne a estratégias administrativas. Isso devido as relações humanas, atualmente, tornarem-se tão valorizadas e consideradas partes essenciais na composição de elementos competitivos.

Além disso, a postura ética, determinada de acordo com valores morais, em qualquer de suas instâncias, se faz imprescindível para se manter a coesão e a sobrevivência da cooperativa. Para que isso ocorra é necessário que haja por parte dos administradores e cooperados que assumem os cargos de liderança, o engajamento

em proporcionar resultados que sejam moldados dentro dos princípios éticos estabelecidos nas assembleias gerais.

Em consonância, Srour (2003) aponta para a dificuldade de se manter uma conduta moral diante dos apelos externos que objetivam, muitas vezes, benefícios pessoais e podem vir a influenciar a ocorrência de atos prejudiciais ao grupo ou cooperativa e, diante de tais ganhos individuais, em que venham a oferecer vantagens a grupos restritos, ou seja, a geração de benefícios a uma parcela de indivíduos em detrimento de prejuízos ao grupo como um todo.

É preciso que as cooperativas deem o primeiro exemplo aos seus colaboradores, agindo sempre de forma honesta, justa, igualitária com todos aqueles que têm algum tipo de relacionamento com ela. Seus valores, princípios, caminhos e expectativas devem levar em consideração todo esse universo. Por isso, acredita-se que bons resultados profissionais e empresariais resultam de decisões éticas e que ter padrões éticos tem a ver com bons negócios a longo prazo, mantendo-se vivo o contexto do cooperativismo.

Nesse sentido, a ética vincula-se também da seguinte forma, para que uma cooperativa seja considerada socialmente responsável, deverá estar engajada de forma ética, direta ou indiretamente, em programas e atividades sociais, tanto para o público interno quanto para o externo, compreendendo áreas como educação, saúde, arte e cultura, meio ambiente, entre outros.

Outrossim, a responsabilidade social empresarial diz respeito à tomada de decisão orientada eticamente, condicionada pela preocupação com o bem-estar da coletividade, seu público interno e externo, comprometida em proteger e melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Nessa direção, tratando do assunto da ética nas relações de cooperativas, Xavier e Souza (2004) consideram que responsabilidades éticas correspondem às atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados ou proibidos, adotados pelos sujeitos, apesar de não especificados em Leis. Portanto, a dimensão ética ganhou

tal importância que no âmbito que é possível compreender a ética no exercício da responsabilidade social interna e no exercício da responsabilidade social externa, o que pode ser observado na seguinte afirmação:

O comportamento ético-empresarial baseia-se em 3 (três) vetores de atuação: aplicação dos princípios éticos a todos os relacionamentos que a empresa mantém com seu ambiente interno e externo; adoção dos valores éticos em todas as suas práticas gerenciais, comerciais e empresariais; e respeito à pessoa humana em todos os níveis de atuação (Melo Neto; Froes, 2001, p. 136).

A empresa ética, no sentido de empresa que atua com responsabilidade social, é vista como a resposta necessária do mundo corporativo às pressões do mundo dos negócios porque neutraliza as ameaças a sua sobrevivência, a seu crescimento e a sua perpetuação, corresponde aos imperativos legais, compatibiliza interesses privados e sociais, preserva as condições vitais de gerações futuras, valoriza a diversidade e dissemina valores (Passador; Canopf; Passador, 2005).

Ademais, a sustentabilidade de qualquer cooperativa deve estar amparada por sua missão, seus princípios e valores que de alguma forma norteiam estrategicamente o ambiente em que se encontra inserida, demonstrando, dessa maneira, a sua verdadeira razão de ser.

E, é desafio do cooperativismo, encontrar gestores que estejam alinhados com um comportamento ético face às várias tomadas de decisão, como é o caso da competitividade imposta pelo mercado e que acaba gerando pressões por parte do Conselho Administrativo a fim de se alcançar as metas e resultados positivos de ordem econômica.

Para Crúzio (2003), as cooperativas precisam gerenciar seus negócios internos e externos alicerçando-se numa conduta ética. Não obstante, uma ética normativa diz respeito aos princípios do cooperativismo enquanto norma e regulamento produzido no estatuto social de qualquer tipo de cooperativa. Já uma ética prescritiva tem a ver com o código de conduta ética, no qual deve ser atualizado à medida que vão surgindo novos problemas de eticidade no dia a dia dos negócios da cooperativa.

É com base nesses conceitos éticos que as cooperativas devem gerenciar seus negócios internos e externos. Nas transações comerciais com seus associados devem prevalecer os valores da equidade, liberdade e fraternidade, tal como refletidos nos princípios básicos do cooperativismo e reproduzidos nos seus estatutos sociais. Externamente, na oferta de produtos ou serviços, devem-se levar em conta as necessidades, as preferências e a satisfação de seus consumidores, revendedores etc (Crúzio, 2003, p. 38).

Seguindo esta lógica de pensamento, quando as cooperativas incorrem em desvios ou mazelas, comprometem seus valores de equidade, justiça social, bem comum e sustentabilidade, propostos nos negócios dentro e fora da cooperativa. Logo, a visibilidade da missão social, política e econômica dependem, exclusivamente, das virtudes e reflexões éticas na tomada de decisões ou ações, sejam estas de associados, gerentes ou colaboradores. Tais virtudes tem a ver com a confiança, veracidade, transparência, empatia, equidade, autocontrole etc., já o oposto seria a mentira, a mazela, a fraude, o sigilo e a corrupção.

Em outra compreensão, empresas éticas seriam aquelas que subordinam suas atividades e estratégias a uma prévia reflexão ética e que agem de forma socialmente responsável. Ocorre que nem sempre as empresas se dedicam a esse tipo de reflexão e nem sempre adotam decisões maiores que estão em jogo (Srouf, 2003).

Sousa e Milagres (2016) citam que inúmeros são os estudos que indicam que a conduta ética nas cooperativas está positivamente ligada ao retorno dos investimentos e dos ativos, além do crescimento das vendas.

Nota-se, portanto, que a ética está intrinsecamente ligada ao cooperativismo, uma vez que a gestão das cooperativas não deve somente se preocupar com a ordem econômica, mas também com os aspectos sociais e culturais, de modo a atender e fazer jus ao compromisso que o cooperativismo assume.

É nesse contexto que os envolvidos com qualquer cooperativa assumam um comprometimento para com o cooperativismo e os seus valores, com isso, assumam um comportamento adequado e pautado na ética, orientando-se pelos princípios

do próprio cooperativismo, criando uma relação saudável e necessária entre o cooperativismo e a ética.

Portanto, como salienta Chaves (2006) a ética, a responsabilidade social e os valores, estão compreendidos nas organizações que se apresentam como socialmente responsáveis. No caso de uma cooperativa, os valores estabelecem o que é aceitável e desejável, influenciando o comportamento coletivo da organização cooperativa e em outra organização não cooperativa, os valores devem representar o que é aceitável e desejável para os stakeholders e que esse comportamento, tanto em uma cooperativa como de outra organização, deverá ser alicerçado pela ética nos relacionamentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo, como vimos, também gera riqueza e renda para as pessoas e colaboradores, mas se constitui em um contexto diferente das demais formas de organização: ao invés de incentivar a competição e o individualismo, o cooperativismo faz a aposta na solidariedade e na cooperação para promover a inclusão econômica e social de todos os cidadãos.

De acordo com Rosini (2003), uma ética no âmbito do cooperativismo bem definida, possibilita gerar um clima de confiança e respeito entre os colaboradores, relacionando-se de forma direta ou indireta com a cooperativa. Além disso, outro benefício que está ligado ao comportamento ético é a redução de custos e aumento da produtividade devido ao crescente nível de satisfação do clima ético de trabalho.

Para construir a ética no âmbito do cooperativismo, exige-se um esforço diário, sedimentando-se em aspectos individuais e coletivos, os quais podem ser reconciliados para a força da cooperação. E ao mesmo tempo, guarda uma complexidade, possível de ser equacionada, considerando as especificidades e particularidades de cada cooperativa. Obviamente é um processo lento, gradual e, por vezes, quase imperceptível, mas totalmente possível de ser alcançado. E sendo buscado e realizado, faz toda a diferença na cooperativa e na sociedade como um todo.

Por fim, considera-se que a ética não é um empecilho para se alcançar os objetivos do cooperativismo, mas sim uma aliada saudável, sendo cada vez mais essencial à sobrevivência e estabilidade empresarial no mundo contemporâneo. Dessa forma, acredita-se de forma contundente que a existência da ética nas relações internas e externas do cooperativismo melhoram o desempenho da cooperativa.

REFERÊNCIAS

- AMODEO, N. B. P. Contribuição da Educação Cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Ruralidades: capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: Ed. UFV, 2006. p. 151-176.
- ASHLEY, P. A. (Org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: Uma metáfora da condição humana. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo**: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro. Curitiba: Editora Juruá, 2009.
- CHAVES, C. J. A. **Possibilidades e limites das ações de responsabilidade social em organizações cooperativas**: o caso COCAMAR. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá/PR. Programa de Gestão em Negócios. 2006.
- COELHO, F. M. G. Ética e moral: uma discussão fundamental. In: COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. Viçosa: Ed. UFV, 2005. p. 109-114.
- CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Marketing Social e ético nas Cooperativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- HARTUNG, A. P. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 6. ed. Florianópolis: OCESC/SESCOOP/SC, 2005.
- KREITLON, M. P. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: **ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 28, 2004.
- MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- NALINI, J. R. **Ética geral e profissional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.
- OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras**. 2005. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. Os princípios do cooperativismo constituem uma metaideologia ajustável a diferentes regimes econômicos. **Revista de agronegócios da FGV**. V. 21, N 2, fev/2001.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: a vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

QUEIROZ, J. J. (Org.). **Ética no mundo de hoje**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

PASSADOR, C. S.; CANOPF, L.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre a Responsabilidade Social no ENANPAD: a construção de um conceito?. In: **ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 30, 2005.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSINI, M. R.; PALMISANO, A. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SANTOS, F.de A. **Ética Empresarial: Políticas de Responsabilidade Social em 5 Dimensões**. São Paulo: Atlas, 2015.

SAVATER, F. **Ética para meu filho**. 1. ed. Trad. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo y cooperativa. In: CATTANI, A. D. (org.). **Diccionario de la otra economía**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SILVA, Casturina Jaíra de. O cooperativismo como uma alternativa estratégica. In: BITENCURT, Claudia (Org). **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA, D. N.; MILAGRES, C. S. F. Ética e Moralidade em cooperativas: uma possibilidade? **Revista Desenvolvimento Social**. n. 17, v. 1, 2016.

SROUR, R. H. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TONIN, M. M. **Ética empresarial, cidadania e sustentabilidade**. 2022. Disponível em: http://docente.ifsc.edu.br/marco.aurelio/Material%20Aulas/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnologias%20Educativas/Sustentabilidade,%20Cidadania%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o/Artigos/teoria_da_justica_marta_tonin.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WEBERLING, S. I. Cooperação Cooperativa: o Ser, o Fazer e o Devir. **Rev. adm. contemp.** 24 (6), Nov-Dec, 2020.

XAVIER, A. M.; SOUZA, W. J. de. Responsabilidade Social Empresarial: Estudo Teórico-Empírico à Luz dos Instrumentos Ethos. In: **ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 28, 2004.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

1 – Jenerton Arlan Schütz

Pós-Doutorando e, educação Profissional e Tecnológica, Professor e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Católica de Brasília (UCB).

jenerton.schutz@ifgoiano.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3603-7097>

Contribuição: Conceituação, Escrita – revisão e edição.

Como citar este artigo

SCHÜTZ, J. A. Ética e cooperativismo: relações saudáveis. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v.11 n. 21, e85246, 2024 DOI 10.5902/2359043285246. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043285246>.